

## A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

MARIA JOSÉ FERRO TAVARES  
UNIVERSIDADE ABERTA

Num momento histórico em que se discute ou aventa a hipótese de uma Europa federalista ou confederalista, fará sentido falar de identidade nacional? Fará sentido abordarmos o conceito de identidade, quando um dos mais antigos símbolos dessa identidade, assimilado também a uma soberania autonómica, está em vias de desaparecer com a entrada do euro, moeda que, a partir de 1 de Janeiro 2002, irá identificar uma nova identidade, a da cidadania europeia?

Creio que nunca será inútil lembrar a consciência nacionalista que cada povo tem de si próprio, tanto mais que o próprio Tratado de Maastricht, ratificado em Amesterdão, no seu artigo 128, menciona com destaque a salvaguarda das identidades nacionais dos Estados, que constituem a União Europeia, ao afirmar "o desenvolvimento das culturas dos Estados-membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum".

Todos sabemos que nem todas essas nações nos chegaram, hoje, com uma autonomia política que lhes permita serem definidas como estados soberanos. Temos vários exemplos: os bávaros, os flamengos, os valões, os catalães, os galegos, ou se quisermos ultrapassar a Comunidade Europeia, poderíamos acrescentar os curdos, os arménios, etc.

No entanto, a história e a sociedade mundial reconhecem-lhes uma identidade, definida pela língua, pelo território de origem, pela tradição, pela memória histórica, onde, por vezes, está inerente a pertença a uma religião. Poderíamos acrescentar ainda, que, em alguns desses povos ou nações, a afirmação se fez também por meio da cunhagem monetária e da existência de uma bandeira e posteriormente de um hino, o sucedâneo do "grito" ou aclamação.

Mas regressemos ao tema da "Identidade nacional" que me foi proposto e a que acrescentei "construção da identidade nacional". E passo a explicar porquê. A identidade de um povo não é estática, é dinâmica, numa construção, desconstrução e reconstrução permanente. De facto, a consciência que nós, hoje, temos é diferente da dos portugueses de Setecentos, dos de Quinhentos, Trezentos ou Duzentos. Mas apesar dessa consciência ser dinâmica, ela remete-nos sempre para um paradigma imutável que nos leva a um território, a uma língua e a uma história, história essa que consubstancia a memória de um povo. A estes poderíamos acrescentar outros signos, que integraram esse paradigma, mas que na dinâmica evolutiva da consciência nacional se afastaram dela, respondendo à mutação própria do devir da História e das ideologias a ela inerentes, como a religião, a bandeira, o armorial ou a moeda.

O "ser português" foi gerado numa realidade territorial, a Península Ibérica, em conflitualidade com dois mundos: Leão e Castela e o Islão. Do núcleo embrionário, entre o Minho e o Mondego, limites do condado Portucalense, partiu a ofensiva para a conquista de um território que terminaria, a sul, no Oceano. A luta contra o infiel permitia a reconquista de um território, natural prolongamento do condado tornado reino, e que outrora identificara, em parte, a Lusitânia romana. Daí talvez a conquista de Olivença e a tentativa abortada de tomar Badajoz, por parte de Afonso Henriques.

Com Leão e Castela, a ofensiva assumiu contornos bélicos, em prol de uma autonomia e de uma soberania, perante Afonso VII, e conflitos diplomáticos contra o domínio eclesiástico de Santiago de Compostela e de Toledo sobre as dioceses e arquidioceses nacionais.

Mas vejamos, como nos denominámos e nos associámos a um espaço. Na carta que o cardeal Guido de Vigo levou ao papa, em 1143, D. Afonso Henriques intitulava-se *rex Portugalensis*, ou seja, utilizava o mesmo toponímico que o bispo do Porto, *Petrus Portugalensis episcopus*. Em 1147, *Portugalensis* surgia substituído por *Portugalensium rex*, ou seja, dos Portugueses (1). Anterior à assumpção do território, surgia a afirmação de um povo, que remontava a origem do seu nome a *Portucale*, na foz do Douro.

O nome de *Portugal* aparecia como emblema, qual grito face a Leão e ao Islão, nos selos rodados de D. Afonso Henriques, cantonando a cruz do recente território cristão. Portugal alternava com *Portucal*, *Portugalis* e *Portugalensis*, nos selos do primeiro soberano (2). Alexandre III dirigia-se, na bula *Manifestis probatum*, a D. Afonso Henriques como *Portugalensium rex* e ao reino como *Portugalense* (3). Apenas na confirmação desta bula a D. Afonso II por Honório III, em 1218, em que aquele é mencionado como rei dos Portugueses, nos surge o reino referido a *Portugalie* (4) e *Portugalia*, em carta do mesmo papa dirigida aos bispos de Lisboa e de Évora (5).

A consciência de uma individualidade colectiva, de pertença a uma nação, seria uma construção progressiva, afirmada por uma territorialidade definida em

finais do século XIII, em Alcanices, e por uma língua, o português, dissociado do galaico. D. Dinis foi o seu obreiro, alicerçando uma política voltada para o Oceano e para uma Europa onde se privilegiava o mar como estrada. João Zorro cantava-o assim, numa cantiga de amigo: *El-rei de Portugale / barcas mandou lavrare / e lá irá nas barcas migo, / mia filha, o voss'amigo. / El-rei portuguese / barcas mandou fazere, / e lá irá nas barcas migo, / mia filha, o voss'amigo (...)* (6).

Ele foi o iniciador dessa viragem, continuada por Afonso IV, o rei que primeiro atingiria as Canárias e seguida pelos monarcas de Quatrocentos. O mar era o horizonte visual, intrínseco aos homens e às mulheres portuguesas, que remanesce da literatura de Trezentos, nomeadamente nas cantigas de amigo, e se prolongaria como tema de poemas e prosa, até hoje. O tal "mar cruel" de Pessoa, gerador de monstros e mostrengos, que os Portugueses foram destruindo e vencendo na sua gesta marítima.

Consciência de ser português que se alimentaria na rejeição à dominação castelhana, em finais de Trezentos, e, mais tarde, de Seiscentos, ou à opressão inglesa, expressa no Ultimato, em Oitocentos.

Esta consciência de pertença a um colectivo comum, que remontava a antepassados e a um território, faria Fernão Lopes escrever, na *Crónica de D. João I*: "Nós não somos nados a nós mesmos, porque uma parte de nós tem a terra e outra os parentes". Assim que a terra em que os homens por longo costume e tempo foram criados, gera uma tal conformidade entre o seu entendimento e ela... "Noutra parte, o cronista assumia um relacionamento físico terra/homens, qual matriciado ou cordão umbilical que unia os portugueses à terra-mãe, gerando laços de irmandade entre uns e outros: "ca eu não os hei por meus irmãos em esta parte, pois que vêm para destruir a terra que os gerou..." Destrinça que se afirmava entre os "Portugueses direitos" ou os "bons, naturais e leais portugueses", contra os que profanaram esse sacro telúrico, invadindo-o contra natura (7).

O Humanismo e o Renascimento utilizariam a palavra pátria. Assim, João de Barros, na *Década II*, referia a "lealdade ao rei e à pátria", e na *Década I*, no prólogo, qual matéria, o território era definido como o berço (8). Camões cantava os feitos dos *Lusíadas*, mencionando o "amor dos pátrios feitos valerosos" ou o "amor da pátria não movido/De prémio vil, mas alto e quase eterno". André Rodrigues Eborense identificava um apego físico a esse território, ao escrever "pois o homem, apesar de ser dotado de razão, apega-se/aos calores e frios da pátria onde nasceu" (9) e Estêvão Rodrigues de Castro chorava "Os ossos dos antepassados, que deixo em penhor de meu amor, / conservai-os; / os meus ossos, levá-los-ei para comigo morrerem em uma pátria./Acaso posso levá-los para uma pátria, eu, que deixo os pátrios lares?" (10).

A relação homem/pátria era assumida como um amor humano, quase físico, doloroso no seu relacionamento, entre a antítese da alegria e da tristeza/saudade, definido pelos sentidos, olhar, tacto (o abraço), audição (fala, voz, o som do mar, das águas cristalinas), o olfacto (o perfume do mar, das flores), etc.

Mas o Renascimento, com a sua apetência pelo passado greco-romano, associaria também Portugal à Lusitânia e os Portugueses aos Lusos ou aos Lusíadas, na designação de Camões, ou de uma forma mais vernácula *"Nação Portuguesez"*, identificando "nação", o povo, em João de Barros. De frente para o Atlântico, Portugal opunha-se ao "sertão" castelhano, no dizer do autor das *Décadas* (11).

A terra/berço, a terra/pátria identificava um povo e uma língua, que, como já referimos, D. Dinis autonomizara do galego, impondo-a na escrita obrigatória da sua chancelaria e que, mais tarde, nos finais do século XIV, D. João I alargaria às minorias judaica e muçulmana, obrigando-as ao seu uso escrito. O português tornava-se, assim, oficialmente a língua veicular, falada e escrita por todos os naturais do reino.

A língua, assumia-se como signo da nacionalidade e, como tal, seria exaltada pelos homens de Quinhentos. Camões cantá-la-ia: *E na língua, na qual quando imagina, /Com pouca corrupção crê que é a Latina*". Fernão de Oliveira, na sua gramática, identificava a língua com a construção do império: *"Apliquemos nosso trabalho a nossa língua e gente e ficará com maior eternidade a memória dele e não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas, que sempre a possamos ensinar a muitas outras. E, ao contrário, vemos em África, Guiné, Brasil e Índia não amarem muito os portugueses que entre eles nascem só pela diferença da língua e os delá nascidos querem bem aos seus portugueses e chamam-lhes seus porque falam assim como eles"* (12).

Samuel Usque, nas *Consolações*, justificava o uso do português, *"porque sendo o meu principal intento falar com Portugueses e representando a memória deste nosso desterro buscar-lhe por muitos meios e longo rodeio, algum alívio aos trabalhos que nelle passamos, desconveniente era fugir da língua que mamei e buscar outra emprestada para falar aos meus naturais"* (13).

A língua aparece, assim, associada à terra do nascimento, à família, ao leite materno, tornando-se o elemento primordial da comunicação entre naturais de um território ou de um império, e igualmente identificadora de um grupo ou de um corpo social.

Hoje, a Língua portuguesa está eivada de importações linguísticas de origem diversa. Às influências latinas, gregas, godas, hebraicas, árabes associaram-se, ao longo dos tempos, os neologismos de origem europeia, ou o português do crioulo ou do brasileiro. Por outro lado, a presença da língua portuguesa e da sua influência estende-se, hoje, da África à Ásia, onde foi conhecida como língua franca, no Índico, até à América. Mais uma vez, a língua se identifica com o império, melhor dizendo com a memória desse império, bem expressa na lusofonia.

Mas, anteriores a essa identidade linguística, outros símbolos se afirmaram. Assim, essa soberania autonómica que Afonso Henriques procurava afirmar perante Afonso VII e junto das outras cortes, incluindo a papal, iria explicar também o exercício de um direito que, na Península Ibérica, pertencia aos reis:

o direito de cunhar moeda. O dinheiro de bolhão, a primeira espécie lavrada, tinha a finalidade de afirmar Afonso, rei dos Portugueses, junto dos demais povos cristãos da Península, nomeadamente, entre os leoneses e galegos, contra os quais ele se procurava autonomizar, diferenciando-se como nação. Logo, nessas primeiras espécies, nos deparamos com uma simbologia, tão antiga quanto a nossa história e a nossa independência: a cruz equilateral ou a cruz do calvário. A mesma que igualmente aparecia nos selos rodados.

Não conhecemos, na numária do primeiro soberano, a utilização do escudo ou dos escudetes, como símbolos do armorial régio, embora este pudesse ter usado, logo no início, os escudetes em cruz, carregados de múltiplos besantes, a crermos no desenho que Faria e Sousa nos legou, a partir do escudo que existiria em Santa Cruz de Coimbra (14).

Pelo contrário, os cinco escudos em amêndoa, carregados de 4 besantes em cruz, aparecem-nos nas espécies áureas de D. Sancho I, cantonados por 4 estrelas, que, conjugados com a figura do rei guerreiro, podem querer significar a vitória sobre o Islão, representado na estrela de seis pontas. Nos dinheiros de bolhão, a tipologia variava, quanto ao que viria a ser definido por armorial régio: do escudo em amêndoa, carregado por 5 besantes em cruz, aos 4 e 5 escudetes cegos. Os selos deste rei confirmam a fixação numa cruz formada por 5 escudetes, carregados de inúmeros besantes, ou cegos.

Enquanto nas espécies áureas dos seus sucessores, a tipologia se manteria, tal não sucederia com a moeda de bolhão, onde predominava a variedade, quanto à representação das armas reais: do escudo único, com besantes em número e posições variadas aos 4 e cinco escudetes sem ou com um único ou vários besantes.

Podemos, no entanto, afirmar que a sua fixação — cinco escudetes em cruz, carregados de cinco besantes também em cruz, agora de Sto. André — seria feita no tempo de D. Dinis, o mesmo soberano que fixou a fronteira, em 1297, com o tratado de Alcanices e impôs o português como língua oficial. É, de facto, com este soberano que a identidade nacional e a afirmação de Portugal, como um reino com peso político dentro da Península Ibérica, se constrói e alicerça. Daí a ostentação assumida das armas de Portugal nos selos rodados, onde o armorial régio aparece nas duas faces, em posição de destaque.

Os escudetes em cruz constituíram a base do armorial dos reis de Portugal, independentemente da junção dos castelos com D. Afonso III, da cruz de Avis, ou do escudo, coroado ou não, com os cinco escudetes em cruz.

D. João II mexeria na posição dos dois escudetes laterais e, assim, o armorial nacional ficaria definitivamente estabelecido, até à República, momento em que agregaria a esfera armilar, tal como o vemos representado na bandeira nacional. No entanto, nas moedas, as armas portuguesas, integradas ou não no escudo, mantêm-se praticamente desde os primórdios.

A construção da memória deste armorial foi feita a partir de uma vontade política, alimentada com as vitórias contra Leão e Castela e, sobretudo, contra o Islão. Vontade política que, desde o início, ver-se-ia reforçada pela paulatina construção de uma ideologia autonómica de Portugal, frente a Leão e Castela, que o tratado de Zamora reconheceu, e na guerra contra o infiel. Assim a encontramos esboçada em Alexandre III, na bula *Manifestum probatum*, que reconheceu o mérito da independência de Portugal com base na força das vitórias alcançadas contra o Islão. Ideologia que definiria a nobreza como o braço armado do rei na expansão da cristandade, ao longo dos séculos xiv e xv.

O imaginário gerado à volta deste armorial seria traduzido em pensamento escrito e ideologia nacional no século xv, aparecendo associado à memória de Ourique, como o comprovam o *De ministerio armorum*, de 1414, as Crónicas de 1416 e 1419 e o discurso de Vasco Fernandes de Lucena, em 1485, portanto contemporâneo da alteração do escudo nacional (15).

Não possuímos documentação que nos permita associar o armorial das quinas, gravado nas primeiras moedas, com o pós-vitória de Ourique, como também ele não nos surge nos selos rodados do primeiro rei. Pelo contrário ele parece ser uma construção de Sancho I. Os escudos são acompanhados, no seu simbolismo, pela figura do rei-cavaleiro a combater, pois empunha a espada no braço erguido, tal e qual como nos morabitanos de ouro ou nos selos de Afonso III e sucessores. Estamos, pois, perante uma heráldica real que reflecte a ideologia do rei guerreiro, em luta contra o inimigo em prol dos Portugueses e do seu território, seja aquele o infiel ou o rei leonês e castelhano.

É na luta, contra Castela, após Aljubarrota, que se construiria a ideologia de um Portugal que se assumia independente frente a este reino, pela vontade do povo e pela vontade de Deus, interiorizada pela nação, tal como Camões cantava

"Já lhe foi (bem o vistes) concedido,  
 Cum poder tão singelo e tão pequeno,  
 Tomar ao Mouro forte e guarnecido  
 Toda a terra que rega o Tejo ameno.  
 Pois contra o Castelhano tão temido  
 Sempre alcançou favor do Céu sereno." (I, 25)

E acrescentava, dirigindo-se a D. Sebastião

"Vós, tenro e novo ramo florescente  
 De uma árvore, de Cristo mais amada  
 Que nenhuma nascida no Ocidente,  
 Cesárea ou Cristianíssima chamada

(Vede-o no vosso escudo, que presente  
Vos mostra vitória já passada,  
Na qual vos deu por armas e deixou  
As que Ele para si na Cruz tomou) (I, 7)

Camões cantava a ideologia, veiculada pela dinastia de Avis que nos remete para um reino e para a sua independência, construídos pela vontade de Deus.

De facto, seria na rejeição animica à dominação castelhana e na opção por um príncipe português, fosse ele o filho mais velho de Inês de Castro ou o Mestre de Avis, ou o duque de Bragança, que se construiu a nação. Todos eles e o povo que os seguiu souberam escrever o *evangelho português*, eivado de milenarismo, da ideia de uma *nova idade*, uma idade de ouro, identificada com o novo rei da nova dinastia.

Talvez devamos remontar a esta esperança quiliástica o pendor da *alma portuguesa* para a esperança messiânica do que se convencionou chamar *mito sebástico*, tão intimamente associada à *saudade* de um paraíso perdido. D. João I e a quinta idade, Bandarra e as suas *Trovas*, que consubstanciam os tempos messiânicos dos reinados de D. Manuel, D. João III ou de seu filho, o malgrado príncipe D. João, Camões que identifica o 5.º Império com o império português, — *Deveis ter sabido claramente / Como é dos Fados grandes certo intento / que por ela se esqueçam os humanos / De Assírios, Persas, Gregos e Romanos...* —, ou o padre António Vieira e a sua crença no 5.º Império, associado a D. João IV, a D. Afonso VI ou ao infante D. Pedro, ou, mais recentemente Pessoa, são fragmentos de uma mensagem, iniciada com Afonso Henriques e periodicamente reafirmada e alicerçada numa consciencialização da diferença de um povo, uma nação, perante os outros povos.

*A madrugada irreal do Quinto Império*, como cantava Pessoa no soneto a Vieira, tornava-se um mito em perpétua construção e desconstrução e assimilava-se idiossincraticamente à natureza dos Portugueses, misto de saudade e de fado, em busca perpétua de um regresso às origens, focalizado numa idade de ouro perdida, e a ser realizada, de novo, algures num tempo futuro.

Natureza de um povo que o remete a uma naturalidade, definida por um território, mais do que por uma religião. Por isso, judeus e mouros e outros povos que a História foi agregando, se afirmaram naturais de Portugal. E ainda hoje, a naturalidade define a pertença de um indivíduo ao território e à nação. Nação que, ao longo dos tempos, se foi caracterizando pela diversidade: diversidade das regiões, marcadas por tradições e origens ancestrais várias que perduraram nas suas características dialectais, de que é exemplo o mirandês, ou nas suas festas populares tradicionais, como a procissão do Espírito Santo, nos Açores, a festa dos Tabuleiros, em Tomar, ou a tourada de Barrancos, na festa de Nossa Senhora da Conceição; diversidade de etnias e religiões que, à condescendente tolerância da

medievalidade, acrescenta, hoje, o respeito pelas diferenças religiosa, linguística e cultural coexistentes e em diálogo com a maioria.

Diversidade que identificou secularmente a miscigenação intrínseca ao “ser português”, simbiose de iberos, celtas, latinos, judeus, árabes, berberes, negros, indianos, chineses, etc, realidade histórica que verifica e confirma a inexistência de culturas ou de raças “puras”, que as nações e a sua identidade se construíram e se constroem na diversidade e na multiculturalidade.

É esta consciência da unidade e da multiplicidade dos seres humanos e das nações, que deverá presidir, hoje, à formação de uma outra identidade, a da cidadania europeia. Esta só se poderá e deverá construir, no respeito pela diversidade cultural e linguística das várias regiões e/ou nacionalidades dos Estados que integram ou vierem a integrar a Comunidade Europeia, tal como Maastricht e Amesterdão reconheceram, sem subserviências de uns ou arrogâncias de outros, pois a Europa foi e é geográfica, linguística e culturalmente diversa e integra, nessas diversidades microcósmicas, o resultado de cruzamentos múltiplos de povos e de culturas. A Europa foi e é intrinsecamente diferente e multicultural.

Torna-se necessário e é desejável que, na construção da nova identidade europeia, as identidades nacionais sobrevivam, pois elas serão a voz da Europa reconstruída e renovada, no devir da História. É urgente que os políticos não se esqueçam, como actores visíveis dessa História, que, para construir não é necessário destruir, que a humanidade está cansada de tantos genocídios humanos, culturais e ambientais, que é necessário construir um novo mundo para o próximo milénio, a tal “aldeia global”, — tão virtual que ninguém e todos a conhecem —, una e múltipla, diversa e multicultural, mais justa, fraterna e plural.

## Notas

(1) *Monumenta Henricina*, Coimbra, 1960, tº I, pp. 1 e 3.

(2) Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases...*, Livraria Civilização, Porto, vol. II, pp. 147-151; José Mattoso, *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*, ed. Circulo de Leitores, II, p. 13

(3) *Monumenta Henricina*, tº I, 18.

(4) *Ibidem*, tº I, p. 51.

(5) *Ibidem*, tº I, pp. 52 e 63.

(6) *Cantigas de amigo dos trovadores Galego Portugueses*, ed. José Joaquim Nunes, Centro do Livro Brasileiro, Lisboa, 1973, vol. II, p. 350.

(7) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I de boa memória*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, vol. I

- (8) João de Barros, *Décadas*, ed. São Carlos, vol. I, p. 10.
- (9) Carlos Ascenso André, *Mal de ausência. O canto do exílio na lírica do humanismo português*, ed. Minerva, Coimbra, 1992, p. 261.
- (10) *Ibidem*, p. 157.
- (11) João de Barros, *Década Primeira*,
- (12) Cit. in *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, Circulo de Leitores, vol. III, p. 358.
- (13) Samuel Usque, *Consolação às tribulações de Israel*, Fundação Calouste Guibenkian, vol. II, Prólogo.
- (14) *Monumenta Henricina*, vol. I, p. 63.
- (15) Ana Isabel Buescu, *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, INIC, 1987.